

CAPRINO-OVINOCULTURA NO SEMIÁRIDO BAIANO – ALGUNS CAMINHOS PARA VIABILIZAÇÃO

Clovis Guimarães Filho

INTRODUÇÃO

As políticas públicas e programas de apoio à caprino-ovinocultura desenvolvidos até pouco tempo atrás no semiárido nordestino, além de dispersos e superficiais, se caracterizaram por uma concepção predominantemente assistencialista e por uma excessiva setorização, pelo que, em termos de resultados não propiciaram nenhuma mudança de real impacto ao nível de padrão de vida do produtor e de sua família. Pelo contrário, a ineficácia desses programas colocava sob ameaça de desaparecimento um enorme potencial de trabalho e produção, representado por mais de um milhão de unidades agrícolas de base familiar.

No território Sertão do São Francisco baiano a história não foi diferente. É evidente o enorme esforço dos novos programas que estão sendo levados a efeito na região em não repetir os mesmos equívocos. Os pontos vulneráveis desses programas continuam sendo:

A não priorização de um processo de autogestão que permita ao grupo de atores locais assumir gradativamente o protagonismo do processo, reduzindo, em ritmo compatível, a dependência das instituições públicas;

A visão curta de um horizonte meramente quadrienal para o alcance de seus resultados;

A massificação imediata, sem os meios necessários, do contingente de beneficiários em detrimento de áreas-piloto iniciais com expansão gradativa posterior;

A limitação das ações de apoio ao segmento de criadores, ignorando ou negligenciando os demais segmentos da cadeia produtiva;

A inexistência de um sistema simultâneo de monitoramento e de avaliação de impactos das ações empreendidas.

A CAPRINO-OVINOCULTURA DO TERRITÓRIO

O território Sertão do São Francisco é considerado, em termos de criação de ovinos e caprinos, como o mais importante do país, com um efetivo conjunto próximo aos 2 milhões de cabeças, ocupando o primeiro lugar em efetivos do rebanho caprino, com mais de 1,1 milhão de cabeças e do rebanho ovino, com mais de 0,7 milhão de cabeças (IBGE, 2009). O efetivo caprino corresponde a praticamente 38,5% do rebanho baiano e a 13,2% do rebanho nordestino. Já o efetivo ovino corresponde a 23,8% do rebanho baiano e a 7,6% do rebanho nordestino. Por outro lado, embora numericamente expressivos, os rebanhos caprino e ovino do território apresentam níveis de desempenho muito pobres, condicionados pelo baixo padrão tecnológico que caracteriza seus sistemas de produção (Guimarães Filho, 2005). A taxa de desfrute anual do rebanho não passa dos 20%, resultante da alta taxa de mortalidade e do desenvolvimento retardado das crias. Nessa condição, o peso mínimo de abate, via de regra, só é atingido com idade superior aos 12 meses.

Uma série de limitantes das mais diversas ordens condiciona essa baixa eficiência dos sistemas produtivos, sendo a estrutura fundiária considerada como uma das principais. O tamanho médio das propriedades típicas onde a atividade é explorada varia de 41 a 68 hectares, o que condiciona rebanhos médios compostos de 123 a 161 cabeças (Holanda Jr, 2003), muito reduzidos se

considerarmos a relativa desfavorabilidade dos demais fatores produtivos, mesmo levando em conta que a imensa maioria utiliza os “fundos de pasto”. Essa pulverização fundiária tende a se agravar. Um exemplo disso é um anunciado programa de assentamento para a região de Canudos, onde uma grande área de caatinga, ainda razoavelmente preservada, deve ser desmatada e subdividida em míni-parcelas de 15 hectares para cultivo de mamona e pinhão-manso (IRPAA, 2007).

Além da limitada superfície agrícola útil, as chuvas, poucas e irregulares, e os solos, rasos e de baixa fertilidade, que caracterizam o ambiente natural da região, são outros relevantes fatores desfavoráveis enfrentados pelo agricultor de base familiar dentro das suas unidades produtivas. Essa condição é agravada por práticas espoliativas de cultivo, criação e extrativismo e, ainda, por uma precária condição de apoio em termos de crédito e de assistência técnica, não raro completamente ausentes. De tudo isso resulta para o produtor um elevado nível de perdas reais e potenciais. O produto final, descontados o autoconsumo e o autoprovisionamento, resume-se a uma limitada e irregular oferta de produtos, condicionante de uma posição de baixo poder de barganha no mercado e responsável pelo baixo padrão de vida que caracteriza a unidade familiar da região.

Afora as limitantes de ordem natural e de crédito e assistência técnica a atividade é ainda negativamente afetada pelo baixo nível de capacitação gerencial do produtor e pelo seu débil ou nenhum nível de organização, que a impede de alcançar uma maior inserção no mercado, acarretando uma completa desarticulação entre os distintos segmentos das incipientes cadeias produtivas, impedindo a plena ocupação dos espaços de valorização e competitividade dos produtos junto aos mercados regional e nacional.

Todo o quadro de deficiências e limitações que caracteriza a situação atual da caprino-ovinocultura não está impedindo o acelerado surto de crescimento da atividade não apenas na região semi-árida, mas em quase todo o país. Segundo a Markestrat (2009), desde 2003 a produção de carne ovina no país aumenta em média 3,2 mil t/ano e o consumo aumenta 3,6 mil t/ano (3,2% média de 2003-07). Mesmo baixo em termos absolutos, o consumo de carne ovina no Brasil é maior que a produção, com o déficit crescente sendo coberto pela importação. De acordo com o mesmo estudo, a oferta de carne ovina no Brasil é da ordem de 172 mil toneladas para uma demanda de 204 mil toneladas, gerando um déficit anual de 32 mil toneladas, apenas para este tipo de carne. Mesmo sem estudo similar, o consumo da carne caprina acompanha esse ritmo, apresentando grande potencial para ocupar uma parte significativa desse mercado. Pelas características que tem de concorrente com vantagens sobre carne bovina, principalmente pelos baixos teores de gorduras, colesterol e calorias, entre outras, a carne caprina não terá dificuldade de superar os preconceitos que a cercam, tão logo se consolide sua oferta dos pontos de vista quantitativo e qualitativo. Isto pode demorar ainda um pouco, tendo em vista a dimensão dos obstáculos a serem vencidos, entre eles o do abate informal. Como é possível consolidar um arranjo produtivo em que o aspecto mais elementar da atividade, o da saudabilidade do produto, tem sido, ao nível de Nordeste, sistematicamente negligenciado? O abate informal, inclusive, desestimula e inviabiliza, pela concorrência desleal, os investimentos em abatedouros formais. Em contraposição a leilões sofisticadíssimos transmitidos pela TV, na quase totalidade dos restaurantes da região, onde as carnes caprina e ovina são degustadas, não se sabe de que morreu o animal. Aliás não se sabe nem se é caprino ou ovino. No “bodódromo” de Petrolina-PE, apesar do nome, apenas ovinos são servidos. Bode, só dá quando alguém não paga a conta.

Com relação ao mercado regional, com base em projeções do trabalho da Embrapa Semi-Árido (Moreira et al., 1998), é possível estimar que, somente para atender as cidades-polo de Petrolina (PE) e de Juazeiro (BA), somando hoje quase 400 mil habitantes, sejam abatidas anualmente cerca de 190 mil cabeças, correspondendo a produção de mais de 2 mil toneladas/ano. Em função desse crescimento de demanda, os rebanhos ovino e caprino das regiões tradicionais de criação do Nordeste e Sul do Brasil têm se mostrado insuficientes para suprir adequadamente os mercados, estimulando as importações e abrindo uma nova alternativa de produção para as outras regiões do país.

ALGUMAS ESTRATÉGIAS TECNOLÓGICAS E GERENCIAIS BÁSICAS PARA VIABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A caprino-ovinocultura regional tem “sobrevivido” bravamente a uma série de programas de apoio, caracterizados, quase sempre, por sua ênfase em melhorar o padrão genético dos rebanhos. O caprinocultor ou ovinocultor comercial, aquele que cria para vender carne e peles, segmento correspondente a mais de 95% da pirâmide produtiva, se vê induzido a adquirir animais exóticos e caros, “criados” em ambientes artificializados, como a grande e definitiva solução para sua exploração a campo. Passam a mudar o ambiente para adequá-lo aos animais e a buscar o aumento de seu porte em uma região de recursos forrageiros escassos, contrariando duas das lições mais elementares da zootecnia

Trabalhos de órgãos de pesquisa, bem como, a experiência de muitos produtores, mostram ser possível, em rebanhos comuns, mestiços, aumentar a produção de carne caprina ou ovina comercializável por unidade de área, em mais de 100% ao ano, simplesmente com a adoção de técnicas simplificadas de alimentação e manejo, sem maiores alterações no ambiente natural. O modelo proposto nesses trabalhos procura contemplar estratégias tecnológicas e gerenciais básicas para viabilização da atividade consubstanciadas nas práticas de convivência com a seca, incluindo, entre as primeiras, os métodos racionais de uso da vegetação nativa e de pastejo suplementar em áreas cultivados com espécies tolerantes a seca e a utilização de reservas estratégicas de forragem conservada. Entre as estratégias gerenciais mais promissoras são consideradas as ações de qualificação e certificação dos produtos locais e a formação de condomínios de engorda e de produção de leite.

Manejo racional da caatinga

Os sistemas de subsistência explorados na área do bioma caatinga são os principais responsáveis por uma contínua e crescente degradação dos seus recursos físicos e bióticos, a qual já atinge mais de 20 milhões de hectares, correspondendo a 22% da região semi-árida (Sá & Angelotti, 2009). As causas do processo de degradação, quase todas de origem antrópica, estão associadas, principalmente, aos sistemas espoliativos de cultivo, ao superpastejo da caatinga e ao extrativismo predatório. Esse cenário é agravado por um aumento contínuo da população que potencializa esse quadro negativo em anos de estiagens mais severas, quando a contribuição relativa do setor agropecuário para o PIB regional cai cerca de 60%.

Entre todas as regiões do Brasil, é no semi-árido nordestino que os pastos nativos apresentam maior importância para a ovinocaprinocultura, já que essa atividade é predominantemente explorada em sistemas extensivos. Nas demais regiões, embora alguns pastos nativos ainda sejam utilizados essa alternativa está desaparecendo rapidamente, com a vegetação nativa sendo substituído por espécies introduzidas,

Naturalmente é no período de chuvas os animais aproveitam melhor as pastagens nativas, uma vez que é nessa época que a vegetação se apresenta com maior oferta de massa verde disponível, com maior diversificação e com maior valor alimentício. Além disso, a forragem natural, por ser dada pela natureza, é o alimento mais barato que existe para os ovinos e caprinos.

Para maximizar esse aproveitamento, o produtor deve adotar uma série de práticas harmônicas com a preservação da flora e da fauna do ecossistema, especialmente naquelas áreas onde o processo de degradação esteja mais acentuado. Alguns fatores básicos associados a essas práticas que devem ser considerados pelo diversos segmentos que atuam no arranjo incluem, não apenas o atendimento às leis ambientais no que concerne ao estabelecimento de áreas de reserva legal e de preservação permanente na propriedade, mas, também, a necessidade de promover ações de recomposição da

caatinga (“recaatingamento”) nas áreas mais degradadas, especialmente nos chamados “fundo de pasto” – essa peculiar forma de organização da produção tradicionalmente associada à pecuária extensiva (Sabourin et al., 1999) envolve mais de 18 mil famílias congregadas em cerca de 300 associações (Holanda Jr, 2003) acha-se em processo de desaparecimento em função de problemas ligados ao seu reconhecimento e regularização e a falta de apoio tecnológico e financeiro. Sem essa formalização, torna-se difícil a aplicação de estratégias adequadas que conciliem um manejo eficiente do rebanho com um extrativismo racional e com outras atividades (apicultura, quintais produtivos, etc.), fundamentais para neutralizar o crescente processo espoliativo da biodiversidade que vem afetando essas áreas;

É urgente a necessidade de as instituições públicas, em parceria com as organizações representativas das comunidades locais, implantarem agressivos programas de validação e de transferência de tecnologias e conhecimentos disponíveis sobre a exploração sustentável da caatinga, incluindo, entre outras: as práticas de subdivisão dos pastos nativos, com diferimento e alternância anual de parcelas para uso nos períodos secos; de pastejo associativo com distintas espécies animais, em função do tipo de caatinga; de taxas de lotação flexíveis com ajustes inter e intra-anos na carga, em função da regularidade das chuvas, etc., e de manipulação da vegetação visando o aumento de sua capacidade de suporte, via raleamento, rebaixamento ou enriquecimento. A disseminação de tecnologias e conhecimentos gerados pelo próprio caprino-ovinocultor deve, também, ser incorporada nesse esforço, entre elas o uso de cercas vivas com umburana-de-cambão e quiabento, a preservação de espécies protetoras do solo contra a erosão (como a macambira) e o uso estratégico do esterco nas distintas épocas do ano (venda na época em que o mesmo está cheio de sementes de algarobeira ou de outras invasoras e uso interno na época em que está cheio de sementes de espécies nativas de maior valor, como o umbuzeiro).

O acervo de tecnologias e conhecimentos gerados pela pesquisa e pela experiência dos produtores é muito vasto e necessita, o quanto antes, que parte seja levada para uso imediato do produtor. A outra parte deve, também, ser levada imediatamente ao campo, porém de uma maneira mais seletiva, para fins de ajustes validação, de forma participativa, às condições agroecológicas e sócio-culturais locais.

Formação de reservas de forragens para o período seco

A escassez de alimentos para os rebanhos durante os períodos secos constitui a principal limitante de ordem técnica dos sistemas de criação de caprinos e ovinos de base familiar no semiárido. É a principal responsável pela idade tardia de abate dos animais. Não se tem conhecimento de nenhuma campanha massiva de fomento à fenação, à ensilagem, ao aproveitamento de resíduos, nem mesmo ao cultivo de palma-forrageira. A quantidade de forragem armazenada para uso nos períodos de seca, nas principais regiões produtoras do semiárido, é ridícula. Privilegiam-se cursos de inseminação artificial em zonas onde os animais sequer têm o que comer nos períodos secos. A formação e uso de reservas forrageiras tem a vantagem adicional de aliviar ou eliminar a pressão de pastejo sobre a caatinga no período seco.

O caprinocultor ou o ovinocultor comercial, aquele que cria para vender carne e peles, segmento correspondente a cerca de 98% da pirâmide produtiva, se vê induzido a adquirir animais exóticos e caros, “criados” em ambientes artificializados, como a grande e definitiva solução para sua exploração a campo. Passam a mudar o ambiente para adequá-lo aos animais e a buscar o aumento de seu porte em uma região de recursos forrageiros escassos, contrariando duas das mais elementares lições da zootecnia

O acervo disponível de tecnologias para alimentação dos rebanhos nos períodos secos é enorme, faltando apenas programas públicos que priorizem a sua apropriação pelo produtor. Entre as principais alternativas tecnológicas capazes de assegurar um bom e regular suprimento de forragem

para os rebanhos nos períodos de escassez incluem:

Reservar pastos: reservar alternativamente áreas de caatinga para uso pelos animais apenas na época da seca é um bom método de evitar a sua degradação, pois dá tempo para que a maioria das plantas nativas flore e frutifique, assegurando sua sobrevivência – Reservas devem, também, ser formadas de pastos cultivados. Entre as espécies mais recomendadas estão os capins búfel, urochloa (corrente) e gramão e as leguminosas leucena e gliricídia.

Reservar áreas de forragem para corte, colheita ou apanha: são áreas de capineiras, legumineiras e de outras espécies cultivadas para fornecimento frescas ou secas, em cochos, aos animais, durante o período seco. As melhores forrageiras para esse fim são, para corte, o capim elefante, a cana-de-açúcar, a palma-forrageira, a leucena, a gliricídia, o guandu e a cunhã.

Para colheita ou apanha, destacam-se a melancia-forrageira (frutos) e a algarobeira (vagens);

Conservar forragens: conservar a forragem produzida durante o período das chuvas através dos métodos de fenação e de ensilagem constitui uma das melhores garantias de sucesso para a exploração de ovinos e caprinos.

A fenação é o processo de secagem da planta forrageira verde, com o fim de reduzir o teor de água que ela contém –As plantas mais recomendadas para fazer feno são os capins de talo fino (búfel, urochloa, gramão, tifton), as leguminosas leucena, guandu, gliricídia e cunhã, bem como outras espécies, como a maniçoba, a mandioca (parte aérea), o mata-pasto, a faveleira, e a lâ-de-seda.

A ensilagem é um processo de fermentação que ocorre quando a forrageira é cortada verde, triturada e armazenada em ambiente de onde todo o ar é expulso. As plantas mais recomendadas para serem ensiladas são as gramíneas milho (é a melhor silagem), sorgo, capim elefante e cana-de-açúcar. Outras espécies também podem ser utilizadas, como leucena, maniçoba, gliricídia e mandioca;

Aproveitar restos de culturas e de outros materiais que existem na propriedade: outros produtos disponíveis na propriedade podem, também, ser guardados para uso na alimentação dos animais durante o período seco, principalmente os restos de cultivos e os restos do beneficiamento de produtos agrícolas. Os mais comuns entre eles são as raspas de mandioca, as palhadas e sabugos de milho, as palhadas e panículas de sorgo, as palhadas e cascas de feijão e de arroz, as folhagem e manivas de mandioca, os bagaços de cana, os resíduos do cultivo e do beneficiamento do sisal, os capins secos, as folhagens secas e verdes de plantas nativas da caatinga. A queima das plantas espinhentas da caatinga é uma alternativa também eficaz. Por ser predatória, deve ser utilizada com muito critério e apenas em última instância. A melhor forma de aproveitar os materiais secos é pelo processo de amonização, em que o material é triturado e tratado com uma solução de uréia e água e, em seguida, deixado descansar por alguns dias, antes de fornecê-los aos animais. Esse tratamento faz a palhada ficar mais rica e o animal comer e aproveitar mais do que a mesma seca e não tratada.

Valorização dos produtos pela diferenciação e certificação

A valorização dos produtos caprinos e ovinos através da fixação de um padrão diferenciado de qualidade e de sua certificação é, no contexto atual de grande expansão da caprino e da ovinocultura, a grande, senão única, alternativa estratégica capaz de assegurar a plena expressão do potencial dessas atividades no semi-árido e, ao mesmo tempo, de preservar os recursos da caatinga e promover o bem estar das populações que nela vivem e dela dependem. Para os queijos de leite de cabra está de braços abertos uma promissora parceria com vitivinicultura turística do vale do São Francisco. Para a carne, um trabalho bem feito de tipificação do animal e do produto buscando sua diferenciação e certificação, divulgando suas excelentes características de sabor e valor nutritivo, certamente abriria ainda mais espaço nos mercados dos grandes centros urbanos para se consolidar como alternativa de consumo aos demais tipos de carne.

Dois caminhos, não excludentes, se afiguram os mais promissores para a qualificação dos produtos caprinos e ovinos: a certificação de indicação geográfica, com opção inicial pelo selo de indicação de procedência (IP) e a certificação orgânica.

O selo IP, concedido pelo INPI, certifica um produto de uma região que se tenha notabilizado como centro de produção de um determinado produto. É necessário que haja uma clara ligação estabelecida entre o produto, o território e o talento do homem. A qualificação desse produto é, portanto, resultado de um processo natural de construção social, refletida na sua identificação com o território de origem em suas dimensões geográfica, histórica e cultural. O IP constitui um poderoso instrumento de organização profissional do produtor rural, não sendo possível a utilização da sua marca por produtores de outras regiões. Entre os maiores benefícios da uma certificação de indicação geográfica está a melhoria acentuada do produto, estabelecendo sua diferenciação em relação a produtos similares. Além disso, a certificação agrega valor ao mesmo, facilita a inserção do produtor no mercado, protege o produto, fortalece as organizações dos produtores e, sobretudo, valoriza a região pela promoção e preservação da cultura e da identidade locais.

Entre os produtos caprinos e ovinos típicos do semi-árido baiano potencialmente elegíveis para um selo IP podem ser citados o “cabrito de Uauá”, o “cordeiro de Remanso”, e o “queijo de leite de cabra de Jussara ou de Valente”.

A região de Uauá já ganhou notoriedade nacional como a “capital do bode”, o que deve ajudar muito no processo de obtenção do selo IP. O “sabor da caatinga”, implícito na carne do “cabrito de Uauá”, viria da associação dos genótipos nativos com a vegetação de caatinga, da qual se alimentam, pelo menos em parte de sua vida. Na realidade, as qualidades da sua carne e da sua pele estão intrinsecamente associadas ao processo de seleção natural a que foram submetidos os caprinos trazidos pelos colonizadores a partir de 1535, permeado por longas caminhadas através da vegetação seca e espinhosa, ingerindo uma dieta natural extremamente diversificada e submetido a intensa incidência solar, a altas temperaturas, a prolongados períodos de escassez de água e de outros alimentos. Essa condição lhes acarretou uma alta rusticidade, sem perda de prolificidade, embora em detrimento da função leiteira e do porte. É, portanto, uma carne construída ao longo de 475 anos, o que lhe dá, no caso dos animais jovens, uma coloração rósea e um sabor agradável bastante característico, diferente do observado em qualquer outro tipo.

A alternativa do selo orgânico poderia ser representada pelo “cabrito orgânico da caatinga”, uma forma de produto ecológico estreitamente vinculado ao ambiente natural da região. A atual caprinocultura extensiva praticada no nosso semiárido, ao contrário do que muitos pensam, pela sua ação espoliativa sobre a caatinga e pelo uso generalizado de vermífugos, piolhidas, mata-bicheiras e outros alopáticos, está ainda distante de atender as exigências mínimas para certificação orgânica. O atendimento a essas exigências poderia ser feito, mais facilmente, a partir da criação de genótipos nativos selecionados, em sistema semi-extensivo, associando o uso da caatinga a pastos tolerantes a seca e a forragens conservadas sob diversas formas. Quanto mais extensivo e rudimentar for o sistema de exploração adotado mais fácil e rápido será o período de conversão do sistema tradicional ao sistema orgânico, pelo que as áreas de fundo de pasto, potencializados pela sua forma de organização, se tornam espaços ideais para implantação de empreendimentos de produção orgânica. A carne orgânica assim produzida incorporaria, como qualidades mercadológicas, o uso nulo de agroquímicos, o rigoroso controle higiênico-sanitário na produção, processamento e distribuição e o sabor característico associado ao pasto natural (“sabor caatinga”). O cabrito orgânico da caatinga poderia ser produzido a partir de alguns estudos já desenvolvidos pela Embrapa Semi-Árido e Embrapa Caprinos, incorporando algumas práticas já tradicionais dos sistemas extensivos dos produtores.

Concebidos e operados dessa maneira, empreendimentos voltados para certificações IP e orgânica permitiriam a obtenção de resultados efetivamente impactantes na melhoria dos processos de

utilização dos recursos naturais de solo, água, planta e animal do bioma caatinga e de gestão do espaço rural como um todo, na maior valorização da cultura e do saber-fazer locais e no melhor ordenamento e equilíbrio no processo de integração econômica e social entre as distintas condições agroecológicas e sócio-econômicas existentes no semi-árido baiano.

Condomínios de produção

Não obstante a existência nominal de muitas associações congregando caprino-ovinocultores no semiárido baiano, seu funcionamento com finalidades profissionais ainda é relativamente precário, com a maioria de suas ações ainda conduzidas de forma individualizada, não impactando, na prática, nos rendimentos da atividade e na melhoria do padrão-de-vida dos associados. A viabilização da caprino-ovinocultura como atividade econômica requer que as organizações de produtores sejam efetivamente profissionais, focando seus maiores esforços na busca de formas alternativas e eficientes de comprar juntos, produzir juntos, beneficiar juntos e vender juntos. A valorização do efeito escala é a única forma de viabilizar a incorporação de um novo padrão tecnológico para a atividade na região (Medeiros et al., 2009). Nesse contexto, os condomínios ou consórcios de produção podem se revelar valiosos instrumentos de ação coletiva para produtores de base familiar, permitindo-lhes reduzir custos unitários, ganhar escala de produção e elevar o valor de venda de seus produtos. Entre os mais recomendados, para caprinos e ovinos, estão o de produção de leite e o de terminação em confinamento.

O **condomínio de produção de leite** é um método gerencial de exploração conjunta de atividades de produção que começa a ser utilizado experimentalmente na caprinocultura leiteira do Nordeste. Seu grande impacto reside na expressiva redução de custos que pode ser obtida no produto final.

Sinteticamente, um condomínio de cabras leiteiras consiste em uma central de ordenha, preferencialmente vizinha ou próxima ao laticínio, onde cabras lactantes de distintos produtores são alojadas e exploradas conjuntamente durante todo o período de lactação. A gestão do condomínio pode ser de um grupo informal de produtores, de uma associação ou cooperativa ou do próprio laticínio que vai processar o produto. Em outras palavras, o produtor condômino entrega suas cabras recém-paridas (com ou sem as crias) ao condomínio e as recebe de volta ao final do período de lactação, quando atingirem produção leiteira incompatível com os custos diários mínimos da “hospedagem”. Essa “diária” é calculada com base no consumo diário de ração (variável em função do potencial produtivo individual) e em outros tratamentos dispensados a cada animal. Durante o tempo de permanência no condomínio, as cabras são ordenhadas e tratadas de acordo com as recomendações técnicas, incluindo sua cobertura controlada com reprodutores de alta qualidade genética, de modo que as cabras sejam devolvidas aos seus proprietários já prenhes. Em suas propriedades os produtores só cuidam de suas matrizes durante sua gestação e parição. Todos os dados produtivos e de custos são diariamente monitorados de cada cabra “hóspede” e disponibilizados permanentemente aos seus proprietários para consulta.

As vantagens advindas desse modelo podem ser inúmeras e beneficiam tanto o laticínio quanto o caprinocultor condômino. Para o laticínio, gestor ou não do condomínio, a grande vantagem estaria em praticamente eliminar a coleta diária de leite nas propriedades, para muitos deles o principal item de despesa operacional, já que as cabras são ordenhadas ali ao lado ou bem mais próximo. Investimentos em caminhões isotérmicos e em tanques de resfriamento seriam quase que totalmente eliminados. Outras vantagens incluiriam a simplificação no combate às fraudes e condições mais favoráveis para obtenção de uma maior padronização da matéria prima e, por extensão, uma melhoria de qualidade nos produtos finais.

Para os caprinocultores, organizados em associações ou cooperativas, as principais vantagens compreenderiam:

Maior disponibilidade de tempo para se dedicar a outras tarefas da propriedade, já que estariam dispensados da extenuante tarefa diária de ordenhar e alimentar as cabras lactantes;

Maior disponibilidade de pastos para incremento do rebanho ou de áreas para cultivo em suas propriedades, já que boa parte das matrizes se encontra no condomínio por uma boa parte do ano;

Eliminação da necessidade de aquisição e manutenção de reprodutores de alta qualidade genética, geralmente um investimento a valores fora do seu alcance;

Eliminação do investimento na construção e manutenção de uma sala-de-ordenha e seus utensílios, além da eliminação do investimento em aquisição e manutenção de tanques de resfriamento de leite;

Viabilização da prática de duas ordenhas diárias em suas cabras no condomínio, com aumento significativo na produção total;

Valorização, via melhor qualidade e maior escala de comercialização, do esterco recolhido e tratado no condomínio;

Acesso permanente aos dados de desempenho zootécnico e econômico de suas matrizes.

O **condomínio de terminação em confinamento** funciona nos mesmos moldes descritos para o de produção leiteira, com vantagem de maior simplicidade de implantar e de operar.

Sinteticamente, um condomínio de terminação de cordeiros e cabritos consiste em uma central de engorda confinada, onde cordeiros e cabritos desmamados (e matrizes descartadas), de distintos produtores são alojados e explorados conjuntamente durante todo o período de acabamento, em média de 50 a 70 dias. Em outras palavras, o produtor condômino entrega seus animais ao condomínio que os engorda, de acordo com as recomendações técnicas específicas para que o padrão de mercado seja atingido, e os repassa diretamente para o abatedouro-frigorífico onde é abatido, submetido a cortes especiais e armazenado em câmara frigorífica.

Embora de instalações mais rústicas que o de produção de leiteira, é necessário avaliar a quantidade mínima anual de cordeiros e cabritos a acabar e os ganhos ponderais mínimos que viabilizam o empreendimento. Além da redução dos custos unitários de produção, a instituição do modelo permite a obtenção de outras vantagens já oferecidas pelas engordas em confinamento, como a melhoria na qualidade da carne em termos de maciez e suculência, a melhor padronização do produto para o mercado, em termos de idade/peso, condição corporal e conformação/grau de terminação da carcaça e a viabilização de escala para comercialização de um esterco de melhor qualidade. Para os caprino-ovincultores, individualmente, as principais vantagens seriam análogas às descritas para o condomínio leiteiro.

Há, contudo, alguns pontos a ponderar, considerando que a incipiência dessas experiências em andamento na região, não permitiu ainda a formação e disponibilização de dados técnicos e econômicos em escala suficiente para uma melhor avaliação. O principal deles é, sem dúvidas, o investimento necessário para que o condomínio, de leite ou de engorda, se estruture para prestar todos os serviços mencionados com a qualidade que se deve exigir.

Uma outra alternativa de condomínio é representada pelos chamados “pulmões verdes”, áreas cultivadas e geridas de forma coletiva e destinadas a alta produção de massa verde/hectare, visando a redução ou eliminação da vulnerabilidade do sistema às irregularidades climáticas. A palma-forrageira adensada é a alternativa mais recomendada como “pulmão verde”, especialmente para cultivo nas zonas mais secas, onde não se disponha de irrigação. Sua produtividade pode alcançar mais de 300 toneladas de matéria verde/hectare, podendo destinar-se ao consumo como volumoso verde ou, após sua desidratação ao sol e trituração, como farelo de palma, incorporado à fração concentrada da dieta, já que seu valor nutritivo equivale ao do farelo de milho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os cerca de 90 milhões de hectares de semi-árido não irrigável, as melhores alternativas residem, evidentemente, na valorização de suas potencialidades naturais e suas tipicidades e patrimônios cultural e social específicos, cujo conhecimento disponível ainda deixa muito a desejar. Dentro do que já se conhece, a caprino-ovinocultura é, sem sombra de dúvida, um espaço a ser prioritária e racionalmente trabalhado.

Assegurar aos agricultores familiares a apropriação do imenso acervo de inovações técnicas, gerenciais e organizativas já disponibilizado ou em processo de validação, constitui o caminho mais indicado para viabilizar a expressão de todo o potencial do segmento. Representa, ao mesmo tempo, o grande desafio a todas as instituições públicas e privadas, comprometidas com a preservação da diversidade biológica e cultural do bioma e com a melhoria do bem-estar das suas populações. Dentre estas instituições, a pesquisa e a extensão agropecuária, como geradoras e transferidoras de novas combinações de fatores de produção que dão origem a essas inovações, são, naturalmente, responsáveis por uma significativa parcela desse esforço.

As disparidades moldadas por um padrão tecnológico que estimulou as desigualdades e a exclusão, podem e devem ser alteradas por uma nova pauta que contemple todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Nesta nova pauta deverão estar implícitos, entre outros fatores, a preocupação com a relação da sociedade com a natureza, no que se refere às estratégias de apropriação, manejo dos recursos naturais e da biodiversidade, preservação e recuperação ambiental, segurança alimentar, geração de emprego e renda e valorização da cultura e dos hábitos alimentares. Isto só será possível se os programas e ações de pesquisa & desenvolvimento, a partir de um conhecimento bem acabado do comportamento do produtor (motivações, necessidades, lógica, estratégias), adequarem as inovações às circunstâncias e potencialidades dos agricultores familiares, priorizando a geração de tecnologias de processo sobre as tecnologias de produto, incorporando o seu saber e a sua experiência ao processo de geração de tecnologias e privilegiando as questões voltadas para sua maior inserção no mercado, de modo a proporcionar-lhe uma visão mais objetiva do contexto econômico em que vive e das estratégias para valorização e maior competitividade de seus produtos.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES FILHO, C.; SOARES, J.G.G. Manejo dos rebanhos em anos de seca: nove medidas orientadoras. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido. 2000. 41p. (Embrapa Semi-Árido. Documentos, 84)

GUIMARÃES FILHO, C. Situação atual e perspectivas da caprinocultura no Vale do São Francisco. In: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 4. 2006. Petrolina-PE: SNPA. 14p. CD-ROM

GUIMARÃES FILHO, C. Condomínio de produção de leite de cabra. Revista O Berro. n.129,

dezembro de 2009. p.73-76.

GUIMARÃES FILHO, C. Uma estratégia alternativa para viabilização da caprino e da ovinocultura de base familiar do semi-árido. In: Tecnologias Apropriadas para Terras Secas – Manejo Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Semi-áridas no Nordeste do Brasil /organizadores: Angela Küster, Jaime Ferré Martí, Ingo Melchers. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ. 2006. p. 195-210.

HOLANDA JR., E.V. Estudo da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura na Bahia: relatório final. Petrolina: s.ed. 2003. 284 p. (Relatório do convênio EMBRAPA SEMI-ÁRIDO/SEBRAE/FAGRO).

IBGE. Produção Pecuária Municipal, 2009

IRPAA. Recaatingamento em Áreas de Fundo de Pasto – I Seminário. Canudos-BA, julho de 2007.

MARKESTRAT. Plano de Melhoria da Competitividade de Arranjos Produtivos Locais - PMC. APL Caprinovinocultura – 2ª etapa. Versão Preliminar. SECTI/Sebrae: Salvador, julho 2009. 82p.

MEDEIROS, J.X.de; ESPÍRITO SANTO, E.; COSTA, N.G.da; RIBEIRO, J.G.B.L. Cenário mercadológico da ovinocultura. In: Gestão e Organização no Agronegócio da Ovinocaprinocultura / organizado por Josemar Xavier de Medeiros e Marlon Vinícius Brisola. Contagem: Santa Clara Editora, 2009. p.21-32.

MOREIRA, J.N.; CORREIA, R.C.; ARAÚJO, J.R.; SILVA, R.R.; OLIVEIRA, C.A.V. de. Estudo do circuito de comercialização de carne de caprinos e ovinos no eixo Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1998. 37p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 87).

SÁ, I.B. de; ANGELOTTI, F. Degradação ambiental e desertificação no semi-árido brasileiro. In: Mudanças Climáticas e Desertificação no Semi-Árido Brasileiro. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido; Campinas, SP: Embrapa Informática Agropecuária, 2009. p.53-76.

SABOURIN, E; CARON, P.; SILVA, P.C.G. da. O manejo dos fundos de pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. Raízes, v.20, novembro de 1999. P.90-102.

Mini-currículo do autor

Graduado em Medicina-Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, com pós-graduação em Produção Animal pela Universidade do Arizona, Tucson, USA e em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar, no CIRAD, Montpellier, França.

Pesquisador aposentado da Embrapa Semiárido, onde trabalhou durante 27 anos, tendo exercido, nessa unidade, a função de Chefe Adjunto de Pesquisa & Desenvolvimento. Como pesquisador publicou mais de 60 artigos e trabalhos técnico-científicos versando sobre caprino-ovinocultura e sobre desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido.

Atualmente trabalha como consultor em agronegócio da caprino-ovinocultura para diversas instituições públicas e privadas (SEBRAE, EMBRAPA, IICA, PENSA-USP, GTZ, CODEVASF, entre outras) e associações e cooperativas de caprino-ovinocultores em Pernambuco e na Bahia.